

**ATA**

Aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezasseis, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara, Domingos Bragança Salgado – e Vereadores - Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceu a Vereadora Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----**-----INTERVENÇÕES-----**

1 – Vereador José Torcato Ribeiro – Referiu o processo de dissolução em curso do AVEPARK, recordando que este processo já deveria ter terminado em 31 de outubro. Acrescentou, a propósito, a situação dos trabalhadores que preferiram rescindir o contrato de trabalho, com a consequente indemnização, pelo que é importante resolver o processo o mais rápido possível para que os trabalhadores sejam indemnizados. -----

2 – Vereador Ricardo Araújo – Perguntou qual iria ser o apoio (montante financeiro) previsto para os equipamentos culturais em Guimarães, uma vez que já se conhece o projeto de Orçamento de Estado para 2017. Recordou os apoios que têm sido reclamados junto dos vários Governos para a atividade e equipamentos culturais resultantes da Capital Europeia da Cultura 2012.

Perguntou, também, se havia algum avanço sobre a gestão integrada dos equipamentos culturais em Guimarães, que pudesse envolver alguns equipamentos sob a alçada do Ministério da Cultura. -----

3 – Vereador André Coelho Lima – Quis saber como é que a Autarquia vai compatibilizar a proposta de isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) nos edifícios do Centro Histórico com a proposta de agravamento fiscal em 30% do mesmo imposto para os imóveis degradados, considerando a existência de muito imóveis degradados no Centro Histórico. -----

4 – Vereador Ricardo Costa – Sobre o AVEPARK, disse que os recursos humanos têm sido sempre informados do ponto de situação. Disse estar agendada uma reunião para a próxima sexta-feira com os três trabalhadores, estando a ser resolvidas algumas questões jurídicas, esperando que até ao final do ano esteja concluído o processo. -----

5 – Presidente da Câmara – a) – Sobre a intervenção do Vereador Ricardo Araújo disse ter reunido com o Ministro da Cultura e com a Secretária de Estado da Modernização Administrativa, onde lhe foi comunicado pelo titular da pasta da cultura que está a trabalhar com o grupo parlamentar sobre o apoio a prestar que, em 2017, terá características de excecionalidade, sendo que em 2018 o apoio a conceder passará a ter carácter regular, tal como sucede com os equipamentos de Lisboa e Porto. Disse, ainda, que o debate do projeto de Orçamento de Estado para 2017 está a ser feito na especialidade, pelo que só no final se saberá, com rigor, qual o apoio que será dado aos equipamentos culturais de Guimarães. Comunicou, a propósito, ter-lhe sido participado pela Secretária de Estado da Modernização Administrativa que está a ser estudada a instalação



de uma Loja do Cidadão em Guimarães; **b)** – Relativamente à intervenção do Vereador André Coelho Lima disse que o assunto da isenção do IMI nos centros históricos vai ser discutido com o Ministro das Finanças em reunião que vai ser realizada no próximo dia 14 de novembro, em que participarão também os autarcas do Porto e de Évora. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 28 de outubro de 2016, que aprovou a repartição de encargos da empreitada designada por "**Beneficiação de Arruamentos na União de Freguesias de Briteiros S. Salvador e Briteiros Santa Leocádia**", da seguinte forma: **Ano de 2016** - €85.447,16 + IVA = €90.573,99; **Ano de 2017** - €263.395,59 + IVA = €279.199,32.

2. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 3 de novembro de 2016, que adjudicou a empreitada designada por "**Beneficiação de Arruamentos na União de Freguesias de Briteiros S. Salvador e Briteiros Santa Leocádia**" a "M. Couto Alves, SA", pelo valor de €348.842,75 + IVA, para um prazo de execução de 90 dias. -----

3. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 3 de novembro de 2016, que aprovou a conta final, bem como o auto final da empreitada designada por "**Adaptação da Antiga EB1 do Bairro/Pevidém para Escola de Música**" nos valores, respetivamente, de €368.992,61 + IVA e de €15.044,85 + IVA. ---

4. Do aditamento à toponímia da União das Freguesias de Oliveira, São Paio e São Sebastião, de acordo com informação da Divisão de Trânsito e Espaço Público, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

**CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA
REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2016.**

Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**OBRAS PÚBLICAS - ECOVIA DE GUIMARÃES - 1.ª FASE -
ERROS E OMISSÕES**

– Presente a seguinte informação: “As listas de erros e omissões apresentadas pelos interessados ao presente procedimento foram objeto de análise por parte da DEP (Divisão de Estudos e Projetos). Nesta sequência, foi elaborada a lista de erros e omissões que se anexa. Nos termos do n.º 5 do art. 61º do Código dos Contratos Públicos, e respetivas alterações, nomeadamente as introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de Julho, submete-se à consideração do dono da obra, representado pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara, Amadeu Portilha, a aprovação da lista de erros e omissões em anexo, considerando-se rejeitados todos os que não tenham sido expressamente aceites, devendo a mesma ser publicitada na plataforma eletrónica vortalgov, junto às peças do procedimento que se encontram patenteadas em concurso e notificados todos os interessados que as tenham adquirido. Deverá, também, ser anexo às peças do procedimento, o relatório geotécnico. Deverão ainda os interessados ser informados que as propostas deverão ser entregues no dia 7 de novembro de 2016 até às 17:00:00 horas e serão abertas às 10:00 horas do dia útil imediato. Se houver algum interessado que já tenha elaborado a proposta, deverá eliminá-la, iniciando uma nova tendo em conta a lista de erros e omissões atrás referida.” A referida lista de erros e omissões dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----



FREGUESIAS – FREGUESIA DE CREIXOMIL - ALTERAÇÃO DA MENÇÃO DAS OBRAS NO MAPA DE REPARTIÇÃO DE APOIOS A CONCEDER ÀS FREGUESIAS PARA O ANO DE 2016, NO QUE DIZ RESPEITO À FREGUESIA DE CREIXOMIL

Presente a seguinte proposta: "A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 23 de abril de 2016, deliberou sancionar a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 14 de abril de 2016, que aprovou a celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a Freguesia de Creixomil, para a execução das obras identificadas no mapa de repartição de apoios a conceder às Freguesias, anexo àquelas deliberações, designadamente: a pavimentação da rua do Carriço, Travessa da Pisca, rua dos Moinhos e rua do Infante D. Henrique. O Presidente da Junta de Freguesia de Creixomil solicitou a alteração da identificação das obras acima mencionadas, pretendendo executar obras de pavimentação na rua Rio de Selho e rua de S. Tomé e Príncipe, em substituição da rua dos Moinhos e rua Infante D. Henrique. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a alteração do mapa anexo às deliberações acima identificadas, no que diz respeito à identificação das obras que se referem à Freguesia de Creixomil, pelo que onde se lê "pavimentação da rua do Carriço, Travessa da Pisca, rua dos Moinhos e rua do Infante D. Henrique", deve ler-se "pavimentação da rua do Carriço, Travessa da Pisca, rua Rio de Selho e rua de S. Tomé e Príncipe". **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – UNIÃO DE FREGUESIAS DE SELHO S. LOURENÇO E GOMINHÃES - REVOGAÇÃO DO CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ANO DE 2016 - E APROVAÇÃO

DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 23 de abril de 2016, deliberou sancionar a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 14 de abril de 2016, que aprovou a celebração de um Contrato de Atribuição de Subsídio com a União de Freguesias de Selho São Lourenço e Gominhães, para a construção da Capela Mortuária, bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €17.499,92. O Presidente da Junta da União de Freguesias informou da necessidade e urgência em proceder à Requalificação e Pavimentação da rua da Ponte Romana (Selho S. Lourenço), pelo que propôs executar esta obra no ano de 2016, em substituição do alargamento da construção da Capela Mortuária. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a revogação das deliberações da Câmara Municipal de 23 de abril de 2016, e da Assembleia Municipal, de 14 de abril de 2016, que aprovaram aquele Contrato de Atribuição de Subsídio. Propõe-se, igualmente, que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do nº 1 do artigo 25º e da alínea m) do nº 1 do artigo 33º, ambos da Lei n.º 75/2013, a celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a União de Freguesias de Selho São Lourenço e Gominhães, para a execução da obra de Requalificação e Pavimentação da rua da Ponte Romana (Selho S. Lourenço), conforme minuta em anexo (**Doc. 1**), bem como a aprovação da transferência da correspondente verba prevista para o ano 2016, no valor de €17.499,92.” A referida minuta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA**

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----****FREGUESIAS - FREGUESIA DE MOREIRA DE CÓNEGOS - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE MOREIRA DE CÓNEGOS - PROJETO RAÍZES -**

Presente a seguinte proposta: "Na sequência da edição de 2013 do Orçamento Participativo, decidiu o Município de Guimarães garantir a continuidade de alguns projetos na área social, nomeadamente a do projeto "Raízes", para o que foi aprovada a celebração de um protocolo de colaboração com a Junta de Freguesia de Moreira de Cónegos em sessão da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro de 2016, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de 18 do mesmo mês de fevereiro. O ponto 2 da cláusula 4.^a deste Protocolo refere, por lapso, que o pagamento das duas primeiras prestações ficaria dependente da apresentação de relatórios de desempenho e de execução financeira, o que colocaria em questão a sustentabilidade do projeto, uma vez que a Junta de Freguesia necessita da verba para garantir a sua concretização. Coloco, assim, à aprovação superior, a alteração do ponto 2 da cláusula 4.^a do Protocolo, que passaria a ter a seguinte redação: **Cláusula 4.^a - Participação** - ...**2.** A verba referida no número anterior será libertada de acordo com as seguintes fases de pagamento: - 50% do valor em outubro de 2016 (correspondente ao período de execução entre 16 de setembro de 2016 e 16 de março de 2017), de acordo com a disponibilidade financeira do Município; - 25% do valor em abril de 2017 (correspondente ao período de execução entre 17 de março de 2017 e 16 de junho de 2017), de acordo com a disponibilidade financeira do Município: - Os restantes 25% em setembro de 2017 (correspondente ao período de execução entre 17 de junho de 2017 e setembro de 2017) após a apresentação de relatórios de desempenho do projeto e de execução financeira e de

acordo com a disponibilidade financeira do Município. Mais informo que esta correção não altera as declarações de cabimento e compromisso previamente emitidas.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

URBANISMO - PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO PARA A CONSTRUÇÃO DE UM EQUIPAMENTO DESPORTIVO E LAZER DO CENTRO SOCIAL DE GUARDIZELA

– Presente a seguinte informação: “Refere-se a presente informação técnica ao pedido de reconhecimento de interesse público para “a construção de um equipamento desportivo e de lazer” para terreno sito na freguesia de Guardizela e cujo pedido anterior, formulado em 2014, foi objeto de informação técnica datada de 21 maio ‘14. Perante a manutenção das premissas e projeto datado de 2014, bem como do contexto urbanístico envolvente, especificamente sobre a proposta apresentada, julga-se que permanece válida a informação técnica mencionada, transcrevendo-a e reafirmando a sua conclusão. Perante o exposto:

1. A pretensão em causa refere-se à criação de uma infraestrutura física, destinada ao desporto e lazer, tendente a prestar um serviço comunitário que configura o provimento de espaços e edifícios de utilização coletiva nas áreas lúdica e desportiva; 2. A parcela destinada a intervenção afigura-se inserida em área que apresenta já algumas construções na sua envolvente (quadrante norte, uma unidade industrial expressiva), de topografia pouco complexa e grau de infraestruturação capaz, não se apresentando a intervenção a realizar invasiva da mancha agrícola classificada, antes inserindo-se num dos seus limites confinantes com solo urbano; 3. A mesma intervenção pressupõe a reabilitação do edificado existente e um grau de permeabilização do solo afetado



(pela construção/intervenção) elevado; 4. Do ponto de vista social, lúdico e desportivo, o equipamento em causa apresenta-se potenciador da criação de um espaço de expressão comunitária onde a prática do desporto e do lazer se demonstram possíveis e exequíveis. Assim, do ponto de vista urbanístico, julga-se poder encarar como possível a intervenção a realizar, a qual poderá traduzir-se, á escala local, em benefício geral para a comunidade. Face ao exposto, coloca-se à consideração superior o reconhecimento de interesse público da intervenção proposta para efeitos de instrução do processo de (pedido de) autorização de inutilização de solo agrícola junto da respetiva Tutela. Refere-se ainda que, caso aceite superiormente o reconhecimento do interesse público municipal atrás expresso, e porque abrange terreno classificado como reserva agrícola nacional, o mesmo deverá ser objeto de análise / aprovação pelo Órgão Executivo e Assembleia municipal. Em anexo, junta-se informação técnica emitida em 21 maio '16." A referida informação técnica dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PROTOCOLOS - MINUTA DE PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE GUIMARÃES E A CCDR-N RELATIVA À ESTAÇÃO DA QUALIDADE DO AR DE GUIMARÃES –

Presente a seguinte informação: "Considerando a instalação da Estação da Qualidade do Ar de tráfego no Parque Urbano das Quintãs, ao abrigo de um protocolo existente desde 4 de dezembro 2001, entre a Associação de Municípios do Vale do Ave (AMAVE) e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Considerando o ofício remetido pela AMAVE à CCDR-N, e a respetiva resposta da CCDR-N, que se anexa (**doc.s 1 e 2**), nos

quais é proposta e aceite a denúncia do protocolo entretanto estabelecido; Considerando que é do interesse do Município de Guimarães manter a Estação da Qualidade do Ar de Tráfego existente, em condições de monitorização dos poluentes e manter-se na rede nacional das estações da qualidade do ar. Considerando que é um desígnio desta autarquia a candidatura de Guimarães a Capital Verde Europeia, sendo esta estação uma mais-valia para a monitorização dos poluentes e para o diagnóstico no âmbito do Plano da Melhoria da Qualidade do Ar de Guimarães. Considerando que a AMAVE efetuou uma despesa total de €1.163,86 (mil cento e sessenta e três euros e oitenta e seis cêntimos), na realização das obras para que a Estação funcionasse na sua plenitude. Proponho que Câmara Municipal aprove: A celebração deste protocolo com a CCDRN, conforme minuta que se junta em anexo (**doc. 3**), ao abrigo da al. r) do n.º 1 do n.º1 do 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; O pagamento do valor de €1.163,86 (mil cento e sessenta e três euros e oitenta e seis cêntimos) à AMAVE, relativa às despesas suportadas pela Associação para funcionamento daquele equipamento, conforme informação anexa (**doc. 4**).” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PATRIMÓNIO - PARQUE DE ESTACIONAMENTO DE CAMÕES – UTILIDADE PÚBLICA E POSSE ADMINISTRATIVA – Presente a seguinte informação: “De acordo com o disposto na alínea ee), nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais, é da competência da câmara municipal criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos



integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal. Como é do conhecimento público, é intenção do Município a criação de um Parque de Estacionamento na zona de Camões/Caldeiroa, desta cidade, estando já em curso o procedimento inerente ao concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) para a execução da respetiva obra, conforme deliberação de Câmara de 27 de outubro de 2016. A Assembleia Municipal, em sua sessão de 3 de outubro de 2016, deliberou aprovar a proposta da Câmara Municipal, aprovada em sua reunião ordinária de 28 de julho de 2016, que procedeu à delimitação da Operação de Reabilitação Urbana sistemática para a Área de Reabilitação Urbana do Centro da Cidade: Rua D. João I à Zona de Couros, tendo entrado em vigor no dia seguinte ao da publicação do edital em Diário da República, que ocorreu no passado dia 18 de outubro. Os imóveis necessários à construção do Parque de Estacionamento de Camões encontram-se inseridos na Área de Reabilitação Urbana do Centro da Cidade: Rua D. João I à Zona de Couros, sujeita já à execução e aprovação da respetiva Operação de Reabilitação Urbana, conforme anteriormente referido. Nos termos do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, no artigo 32º do Decreto-lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pelo Decreto-lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, a aprovação de uma operação de reabilitação urbana sistemática constitui causa de utilidade pública para efeitos da expropriação ou da venda forçada dos imóveis existentes na área abrangida, bem como da constituição sobre os mesmos das servidões, necessárias à execução da operação de reabilitação urbana. De acordo com o artigo 61º daquele preceito legal, podem ser expropriados os terrenos, os edifícios e as frações que sejam necessários à execução da operação de reabilitação urbana. A

expropriação por utilidade pública inerente à execução da operação de reabilitação urbana rege-se pelo disposto no Código das Expropriações, com as seguintes especificidades: a) A competência para a emissão da resolução de expropriar é da entidade gestora, neste caso, a Câmara Municipal; b) A competência para a emissão do ato administrativo que individualize os bens a expropriar é da câmara municipal ou do órgão executivo da entidade gestora, consoante tenha havido ou não delegação do poder de expropriação; c) As expropriações abrangidas pelo presente artigo possuem carácter urgente. Na verdade, o centro da cidade de Guimarães tem registado uma crescente procura de estacionamento, que se fica a dever às seguintes razões: **O aumento da procura turística e a atenuação da sazonalidade** - Os dados estatísticos disponíveis revelam uma crescente procura turística de Guimarães e uma clara diminuição da sazonalidade dessa mesma procura. De facto, os indicadores de referência permitem concluir que, depois do pico de procura registado em 2012, ano em que Guimarães foi Capital Europeia da Cultura, e da quebra registada em 2013, a procura turística registou um considerável incremento a partir de 2014, estando o corrente ano de 2016 a registar valores próximos daquele ano de referência. Por outro lado, dos mesmos dados se extrai a constatação de que a sazonalidade da procura turística se vem atenuando, fazendo coincidir no tempo a presença de turistas e o calendário laboral / escolar, aumentando desta forma a pressão sobre a procura de estacionamento. **A elevada frequência de eventos culturais e festivos** - A oferta de eventos culturais em espaço público – designadamente na zona central da cidade à qual este Estacionamento dará resposta – regista um crescimento sustentado desde 2011. São eventos já consolidados que se realizam ao longo



de todo o ano e atraem milhares de pessoas ao longo do ano, o que sempre causa um aumento exponencial, episódico mas regular, da procura de estacionamento. Por outro lado, Guimarães é procurada de forma crescente para a realização de atividades por entidades externas ao concelho, o que contribui de forma visível para o aumento de procura de estacionamento. **A recuperação da atividade económica** - A diminuição da taxa de desemprego que se vem registando no Concelho é apenas um dos indicadores, porventura o mais relevante, da recuperação da atividade económica. Acresce a crescente procura da zona central da Cidade para a instalação de novas ofertas de comércio e serviços que se vem registando. É uma tendência responsável igualmente pelo incremento de procura de estacionamento no centro da cidade, não podendo deixar de ser considerado o facto de ser nesta zona que estão localizados os principais e mais procurados serviços públicos e que se concentram grande parte dos bancos. **A criação e instalação de novas instituições** - Guimarães Capital Europeia da Cultura legou igualmente à cidade um conjunto de equipamentos culturais, académicos e formativos que são igualmente responsáveis pelo considerável aumento de frequência do centro da cidade e, consequentemente, pelo aumento da procura de estacionamento. Se pensarmos apenas no Quarteirão de Couros, vizinho do estacionamento que se pretende construir, atente-se no conjunto de equipamentos e ofertas criados e instalados nos anos mais recentes: Instituto de Design, Centro de Ciência Viva, Centro de Formação Avançada Pós-Graduada, Universidade das Nações Unidas e Salas de Ensaio do Teatro Jordão. Acresce que a Autarquia pretende reabilitar integralmente o Teatro Jordão para lá instalar vários cursos de música e duas licenciaturas da Universidade do Minho, mantendo a existência de

um auditório. Esta operação representará, por si só, um considerável aumento de procura de estacionamento em toda a zona. Ao aumento da procura, por outro lado, tem correspondido uma **diminuição da oferta** resultante da reabilitação que toda a zona central da cidade tem sofrido nas últimas décadas. Ao apostar na qualificação do espaço público, no disciplinamento do estacionamento, na criação de zonas verdes e na otimização das condições de segurança, conforto e mobilidade para os peões, estas operações de reabilitação têm contribuído para a diminuição de lugares de estacionamento disponíveis, levando ao esgotamento da oferta existente, tanto à superfície como subterrânea. Finalmente, a natureza da empreitada da obra do Parque de Estacionamento de Camões exige uma massiva movimentação de terras numa grande extensão de terreno localizado numa zona da cidade sensível do ponto de vista patrimonial, implicando ainda a realização prévia, numa ampla extensão, de trabalhos arqueológicos que nos foram exigidos pela Direção Regional da Cultura do Norte que conviria encetar e concluir tão rapidamente quanto possível. Ora, sendo imprescindível para o interesse público a prossecução imediata e ininterrupta daqueles trabalhos, torna-se, pois, premente tomar o quanto antes posse administrativa dos imóveis necessários ao Parque de Estacionamento de Camões, para que estes não prejudiquem o normal decorrer da empreitada. Por este conjunto de razões, a falta de estacionamento em Guimarães é consensualmente tida como o principal constrangimento sentido por residentes, comerciantes e visitantes e aquele cuja resolução se reveste de maior urgência, no sentido de corresponder à crescente procura e frequência do centro da cidade, reforçada pelo facto dos imóveis necessários à construção do Parque de Estacionamento de Camões se encontrarem inseridos na Área de



Reabilitação Urbana do Centro da Cidade, sujeita já à execução e aprovação da respetiva Operação de Reabilitação Urbana sistemática, deverá ser atribuído carácter urgente à expropriação dos imóveis. Nos últimos tempos, e conforme disposto no Código das Expropriações, o Município de Guimarães tem efetuado diligências com os respetivos proprietários no sentido de se adquirir, pela via amigável, a totalidade dos imóveis necessários ao Parque de Estacionamento de Camões, tendo já procedido à aquisição amigável de alguns imóveis, estando outros em vias de conclusão, e outros cuja aquisição amigável não será possível atendendo à diferença dos valores determinados por perito da lista oficial e dos propostos pelos proprietários, sendo portanto imperioso que se adote o recurso à expropriação. Foi dado cumprimento ao estabelecido no n.º 4, do artigo 10º do Código das Expropriações, tendo sido determinada previamente em avaliação elaborada por perito da lista oficial, a previsão dos encargos com a expropriação, que totaliza o montante de **€672.127,85** (seiscentos e setenta e dois mil cento e vinte e sete euros e oitenta e cinco cêntimos), estando devidamente cabimentado sob os n.º 4199, 4202, 4703 e 5912. O artigo 14º nº 2 da Lei n.º 56/2008, de 4 de Setembro, que procedeu à alteração do Código das Expropriações, aprovado pela lei 168/99 de 18 de Setembro, prescreve que: "*A competência para a declaração de utilidade pública das expropriações da iniciativa da administração local autárquica, para efeitos de concretização do plano de urbanização ou plano de pormenor eficaz, é da respetiva assembleia municipal*". Nestes termos propõe-se à Câmara Municipal que, ao abrigo do disposto na alínea vv), do n.º 1, do art.º 33º, do referida Lei n.º 75/2013, delibere requerer junto da Assembleia Municipal, nos termos dos artigos 10º, 12º, 13º, 14º, 15º, 17º e 19º do Código das

Expropriações: **1. A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA** da expropriação, com carácter de urgência, pelos motivos acima explanados, dos imóveis particulares infra descritos, e todos os direitos a ele inerentes, designadamente servidões/passagens eventualmente existentes, que se encontram inseridos necessários à execução do Parque de Estacionamento de Camões, com a fundamentação de facto e de direito consubstanciada nos considerandos supra, que para todos os efeitos são parte integrante da presente deliberação, e que se encontram inseridos na Área de Reabilitação Urbana do Centro da Cidade: Rua D. João I à Zona de Couros, sujeita já à execução e aprovação da respetiva Operação de Reabilitação Urbana sistemática. **2. A AUTORIZAÇÃO DE POSSE ADMINISTRATIVA** dos imóveis a expropriar, em face da fundamentada urgência, reforçada ainda pelo carácter de urgência atribuído na alínea c), n.º 3, do artigo 61º do Decreto-lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, com a redação atual, pretendendo-se a prossecução do interesse público da execução da obra do Parque de Estacionamento de Camões. **3.** A aprovação do valor de **€672.127,85** (seiscentos e setenta e dois mil cento e vinte e sete euros e oitenta e cinco cêntimos) relativo aos encargos a suportar com a expropriação, em conformidade com os relatórios do perito avaliador. -----

DESCRIÇÃO DAS PARCELAS A EXPROPRIAR: -----

Nº Parcela	Proprietário/Inquilino	Área	Localização da parcela	Descrição Predial	Inscrição Matricial	Valor Indemnização
1A (6)	Vale Escuro, Investimentos Imobiliários, Lda.	48,00 m²	Trav. de Camões, nºs 35, 37, 39 e 41	177/S. Sebastião	U-511º	€ 8.032,23
1B (7)	Vale Escuro, Investimentos Imobiliários, Lda	77,90 m²	Trav. de Camões, nº 33	562/S. Sebastião	U-508º	€ 13.035,64
2 (2)	Virgínia Adelaide Sampaio de Meira Allen – Herdeiros	390,33 m²	Gaveto da rua de Camões e trav. de Camões, nºs 5, 7, 9, 11, 17, 19, 21 e 23	193/S. Sebastião (parte)	U-364º (parte)	€ 14.582,42
3A (8)	Virgínia Adelaide Sampaio de Meira Allen – Herdeiros	142,53 m²	Trav. de Camões, nºs 27, 29 e 31	194/S. Sebastião	U-2128º	€ 19.710,10



Nº Parcela	Proprietário/Inquilino	Área	Localização da parcela	Descrição Predial	Inscrição Matricial	Valor Indemnização
3B (10)	ONELU – Comércio Internacional de Produtos Têxteis, Lda.	72,50 m²	Trav. de Camões, nºs 19/21	40/S. Sebastião (parte)	U- 499º (parte)	€ 2.426,40
4 (1)	António Carlos Freitas Ribeiro Saraiva	19,32 m²	Rua de Camões, nºs 29/31	379/S. Sebastião (parte)	U- 1495º (parte)	€ 721,78
5 (12)	Natália de Oliveira Silva	867,90 m²	Rua da Caldeiroa, nºs 2,4 e 6	267/S. Sebastião (parte)	U-1º (parte)	€ 31.070,82
6 (13)	Joaquim Ferreira Cabral de Barbosa Paes do Amaral – Herdeiros	2.448,80 m²	Rua da Caldeiroa, nºs 32/34	Desconhecida	U-259º (parte)	€ 87.673,33
6(13)	Maria Madalena Machado Alves Lemos – (Inquilina)	2.448,80 m²	Rua da Caldeiroa, nºs 32/34	Desconhecida	U-259º (parte)	€ 2.086,38
7 (22,23)	Lauda Confeções, Lda. - Em Liquidação	1.889,00 m²	Rua da Caldeiroa, nº 70	124 e 125/S. Sebastião	U- 979º e 1216º	€ 338.155,28
8 (32)	Emília Maria de Freitas Marques de Carvalho Soares	209,00 m²	Rua da Liberdade, nº 11/13	184/S. Sebastião	U- 160º	€ 14.221,67
9 (30)	Dulce Margarida de Jesus Lopes	851,95 m²	Rua da Liberdade, nº 17	172/S. Sebastião (parte)	U-163º (parte)	€ 29.175,83
10 (23A)	António José Teixeira Laranjeiro	757,06 m²	Trav. da Caldeiroa (lugar do Olival)	498/S. Sebastião	U-1135º	€ 109.909,97
12 (25)	Bernardino Jordão, Filhos & C.ª Lda.	38,72 m²	Rua da Liberdade, nº 33	526/S. Sebastião (parte)	U-1117º (parte)	€ 1.326,00

A zona onde se inserem os imóveis a expropriar encontra-se classificada no Plano Diretor Municipal como Solo Urbanizado – Espaços Centrais. **PROGRAMAÇÃO DE TRABALHOS:** O início dos trabalhos da obra depende impreterivelmente da publicação da utilidade pública da expropriação urgente e consequentemente da tomada de posse administrativa. Por outro lado, a prossecução da empreitada encontra-se condicionada à realização prévia de trabalhos arqueológicos nos terrenos necessários ao Parque de Estacionamento de Camões, conforme parecer emitido pela Direção Regional da Cultura do Norte, prevendo-se que os trabalhos arqueológicos se iniciem após a tomada de posse administrativa, cujo prazo se estima que seja a partir do próximo mês de Março. Atualmente encontra-se em curso o procedimento inerente ao concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) para a execução da respetiva obra, conforme deliberação de Câmara de 27 de outubro de 2016, cujo

início das obras se estima para o próximo mês de Maio. Mais se informa que a autarquia já negociou amigavelmente alguns dos prédios acima referidos, no entanto como ainda se encontra em curso a formalização das respetivas escrituras, e como tal os prédios ainda não estão na posse do Município, é de todo o conveniente a instrução do processo com vista à declaração da utilidade pública e posse administrativa. Até à tomada da posse administrativa, e conforme disposto no Código das Expropriações, a Câmara Municipal continuará a diligenciar esforços, com os diversos proprietários, no sentido de se adquirir pela via amigável os imóveis supra descritos, em cumprimento das competências previstas na alínea g), n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013. Para os casos em que se verificar a impossibilidade da respetiva aquisição amigável, os processos seguirão pela via litigiosa tendo por base os valores acima mencionados. À consideração superior.”

DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima e Ricardo Araújo. -----

O Vereador António Monteiro de Castro não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido em virtude de fazer parte da equipa autora do projeto da obra do Parque de Camões. -----

PATRIMÓNIO - EXPROPRIAÇÃO DO DIREITO AO ARRENDAMENTO - PRÉDIO SITO NA RUA DA RAMADA – REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DA ZONA DE COUROS – 40/27/2009 – Presente a seguinte informação: “O Município de Guimarães, em 29.10.2015, procedeu à aquisição do prédio urbano, composto por quatro edifícios, sito na Rua da Ramada, da União das Freguesias de Oliveira, S. Paio e S. Sebastião, localizado junto ao imóvel destinado ao Centro Ciência Viva, necessário à



Requalificação Urbanística da Zona de Couros, pretendendo-se assim a ligação e extensão dos vários equipamentos municipais, Instituto Design e Centro de Ciência Viva, oferecendo valências espaciais complementares, favorecendo espaços de lazer e de bem-estar, e a ligação de espaços singulares na cidade. Será de referir que o espaço em causa está incluído no estudo para a Candidatura da Património Cultural da Humanidade. Em simultâneo, à data, a autarquia estabeleceu contactos com o representante legal do inquilino do prédio, Sr. Simão Ribeiro de Almeida, atendendo que nos termos do n.º 1, do art.º 30º do Código das Expropriações é devida uma indemnização autónoma. É do conhecimento da autarquia de que os prédios encontram-se ocupados não pelo Sr. Simão de Almeida, mas sim por quatro empresas que ao longo de vários anos têm procedido ao pagamento das rendas ao Sr. Simão. De acordo com parecer jurídico emitido para o efeito, apenas o arrendatário tem direito à indemnização autónoma prevista no Código das Expropriações. O subarrendamento que aqui se assiste é, em princípio ilícito, porque o artigo 1038º, alínea f), do Código Civil estabelece que é obrigação do locatário não proporcionar a outrem o gozo total ou parcial da coisa locada, por meio de cessão onerosa ou gratuita da sua posição jurídica, sublocação ou comodato, exceto se a lei o permitir ou o locador o autorizar por escrito. De acordo com carta que nos foi endereçada no passado dia 12.06.2015 pela anterior proprietária do imóvel, D. Luísa Milhão de Almeida, o Sr. Simão de Almeida, inquilino, recebia as rendas dos subarrendatários sem que a própria tivesse qualquer contrapartida, referindo que nunca lidou com as pessoas que se encontravam no referido local. Deste modo, e em face do exposto no mencionado parecer jurídico, com a expropriação o arrendamento caduca *ope legis*, e por isso os

subarrendamentos também caducam. Assim, não será devida qualquer indemnização aos subarrendatários que se encontram no prédio, e a entrega do imóvel far-se-á nos termos do Código das Expropriações. De acordo com relatório elaborado por perito da lista oficial o justo valor de indemnização é de **€14.080,45**, todavia, é pretendido pelo arrendatário o pagamento de €90.000,00. Não sendo pois consensual quanto ao montante da indemnização autónoma, torna-se necessário diligenciar a expropriação litigiosa, devendo para o efeito solicitar-se a declaração de utilidade pública de expropriação do direito ao arrendamento. Nos termos do n.º 2, artigo 15º Código das Expropriações, a atribuição de carácter urgente à expropriação deve ser sempre fundamentada e confere de imediato à entidade expropriante a posse administrativa dos bens expropriados, nos termos previstos nos artigos 20.º e seguintes, na parte aplicável. A Assembleia Municipal, em sua sessão de 3 de outubro de 2016, deliberou aprovar a proposta da Câmara Municipal, aprovada em sua reunião ordinária de 28 de julho de 2016, que procedeu à delimitação da **Operação de Reabilitação Urbana sistemática** para a Área de Reabilitação Urbana do Centro da Cidade: Rua D. João I à Zona de Couros, tendo entrado em vigor no dia seguinte ao da publicação do edital em Diário da República, que ocorreu no passado dia 18 de outubro. O imóvel aqui em causa encontra-se inserido na Área de Reabilitação Urbana do Centro da Cidade: Rua D. João I à Zona de Couros, sujeita já à execução e aprovação da respetiva Operação de Reabilitação Urbana, conforme anteriormente referido. Nos termos do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, no artigo 32º do Decreto-lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pelo Decreto-lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, a aprovação de uma operação de reabilitação urbana



sistemática constitui causa de utilidade pública para efeitos da expropriação ou da venda forçada dos imóveis existentes na área abrangida, bem como da constituição sobre os mesmos das servidões, necessárias à execução da operação de reabilitação urbana. De acordo com o artigo 61º daquele preceito legal, podem ser expropriados os terrenos, os edifícios e as frações que sejam necessários à execução da operação de reabilitação urbana. A expropriação por utilidade pública inerente à execução da operação de reabilitação urbana rege-se pelo disposto no Código das Expropriações, com as seguintes especificidades: a) A competência para a emissão da resolução de expropriar é da entidade gestora, neste caso, a Câmara Municipal; b) A competência para a emissão do ato administrativo que individualize os bens a expropriar é da câmara municipal ou do órgão executivo da entidade gestora, consoante tenha havido ou não delegação do poder de expropriação; c) As expropriações abrangidas pelo presente artigo possuem **caráter urgente**. Como referido, foi dado cumprimento ao estabelecido no n.º 4, do artigo 10º do Código das Expropriações, tendo sido determinada previamente em avaliação elaborada por perito da lista oficial, a previsão dos encargos com a expropriação do direito ao arrendamento, que totaliza o montante de **€14.080,45** (catorze mil oitenta euros e quarenta e cinco cêntimos), estando devidamente cabimentado sob o n.º 5949. O artigo 14º nº 2 da Lei n.º 56/2008, de 4 de Setembro, que procedeu à alteração do Código das Expropriações, aprovado pela lei 168/99 de 18 de Setembro, prescreve que: "*A competência para a declaração de utilidade pública das expropriações da iniciativa da administração local autárquica, para efeitos de concretização do plano de urbanização ou plano de pormenor eficaz, é da respetiva assembleia municipal*". Nestes termos propõe-se à Câmara

Municipal que, ao abrigo do disposto na alínea vv), do n.º 1, do art.º 33º, da referida Lei n.º 75/2013, delibere requerer junto da Assembleia Municipal, nos termos dos artigos 10º, 12º, 13º, 14º, 15º, 17º e 19º do Código das Expropriações: 1. A **DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA**, com carater de urgência, da expropriação do direito ao arrendamento do prédio sito na Rua da Ramada, da União das Freguesias de Oliveira, S. Paio e S. Sebastião, descrito a favor do Município de Guimarães sob o n.º 577/20111110, e inscrito sob o artigo 1698º, e todos os direitos a ele inerentes, necessário à Requalificação Urbanística da Zona de Couros, encontrando-se inserido na Área de Reabilitação Urbana do Centro da Cidade: Rua D. João I à Zona de Couros, sujeita já à execução e aprovação da respetiva Operação de Reabilitação Urbana sistemática. 2. A **AUTORIZAÇÃO DE POSSE ADMINISTRATIVA** do direito ao arrendamento em face da urgência, atribuída na alínea c), n.º 3, do artigo 61º do Decreto-lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, com a redação atual. 3. A aprovação do valor de **€14.080,45** (catorze mil oitenta euros e quarenta e cinco cêntimos) relativo aos encargos a suportar com a expropriação do direito ao arrendamento, em conformidade com o relatório do perito avaliador. O terreno está classificado como espaços centrais - património arqueológico – sítio arqueológico - inserido em zona de proteção à área classificada como património cultural da humanidade. À consideração superior.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----
DOAÇÕES - DOAÇÃO DE TELA SOBRE O ANO MISSIONÁRIO 2016-2017 AO ARCIPRESTADO DE GUIMARÃES E VIZELA – Presente a seguinte proposta: “O Arciprestado de Guimarães e Vizela solicitou ao Município de Guimarães a doação da tela que



decorou o altar da Eucaristia Sénior, no passado dia 11 de outubro, no contexto das Comemorações do Dia Internacional do Idoso, que decorreram no Multiusos de Guimarães. A referida tela, que foi adquirida pela Câmara, com um custo associado de €147,60 (cento e quarenta e sete euros e sessenta cêntimos) é da autoria da Diocese de Braga e representa a imagem do Ano Missionário 2016-2017, tendo por isso um reconhecido valor simbólico para aquele Arcebispado, que a pode utilizar nas suas diversas atividades religiosas. Considerando que esta tela não é passível de ser reutilizada pela Divisão de Ação Social, de futuro, e para outras finalidades, propõe-se que seja doada ao Arciprestado de Guimarães e Vizela.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

RECURSOS HUMANOS - PROCESSO DISCIPLINAR N.º 3/2016

– Presente a seguinte proposta: “No âmbito do procedimento disciplinar acima referido, instaurado por despacho de 05 de julho de 2016, a sanção disciplinar a aplicar, nos termos propostos pelo instrutor, é a sanção disciplinar de suspensão, por um período de trinta dias. Nos termos do nº 4 do artigo 197º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, a aplicação das sanções disciplinares é da competência do órgão executivo do Município, submetendo-se, assim, a aprovação da Câmara Municipal a aplicação da pena proposta.” O relatório final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR ESCRUTÍNIO SECRETO E UNANIMIDADE APROVAR, APLICANDO A PENA DISCIPLINAR DE SUSPENSÃO, POR UM PERÍODO DE TRINTA DIAS.** -----

AMBIENTE - ESTRATÉGIA MUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS DE GUIMARÃES – Presente a

seguinte proposta: “Dada a integração do Município de Guimarães no projeto ClimAdaPT.Local através de protocolo com o respetivo consórcio, aprovado em reunião de câmara de 5 de fevereiro de 2015, cujo objetivo principal era iniciar em Portugal um processo contínuo de elaboração de Estratégias Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC) e a sua integração nas ferramentas de planeamento municipal, bem como a elaboração da Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC) e a formação de técnicos especializando-os para o efeito. No total foram objeto deste projeto 26 Municípios em todo o País, no qual está integrado o de Guimarães. O projeto ClimAdaPT.Local está integrado no Programa AdaPT, gerido pela Agência Portuguesa do Ambiente, IP, enquanto gestora do Fundo Português de Carbono (FPC), no valor total de 1,5 milhões de euros, cofinanciado a 85% pelo EEA Grants e a 15% pelo Fundo Português de Carbono (FPC). O projeto beneficia de um apoio de 1,270 milhões de euros da Islândia, Liechtenstein e Noruega através do programa EEA Grants, e de 224 mil euros através do FPC. Assim, conforme previsto foi alcançado o objetivo a que Guimarães se propunha ao fazer parte deste projeto, apresentando para o efeito a sua primeira Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas. A EMAAC de Guimarães passa a ser assim mais um instrumento de gestão urbanística, bem como uma ferramenta de orientação estratégica para o combate às alterações climáticas, estabelecendo metas e objetivos concretos. Desta forma, em linha com o conhecimento científico atual e com as metas europeias, o Município de Guimarães tem desenvolvido o seu processo de combate às alterações climáticas através de processos de mitigação e adaptação, quer através da sua adesão ao Pacto de Autarcas, utilizando como ferramenta o Plano de Ação para a Energia



Sustentável (PAES), bem como a sua monitorização, estabelecendo as metas essenciais para a redução de emissões de CO₂, equilibrando com a política de Espaços Verdes, promovendo a sua captação num processo de descarbonização do território. Esta visão, associada à colaboração do projeto ClimAdapt.Local, contribui significativamente para a elaboração da Estratégia Municipal de Adaptação para as Alterações Climáticas de Guimarães (EMAACG), na qual assumimos o compromisso de introduzir nos principais instrumentos de gestão autárquica a preocupação e a sensibilidade para capacitar e adaptar o território ao impacto das alterações climáticas, tornando a cidade mais verde, mais sustentável e mais resiliente, como é exemplo (entre outros) a reabilitação urbana desde o Parque da Cidade até a zona de Couros, com a requalificação da linha de água e a criação das bacias de retenção, evitando o risco de inundação numa das zonas mais vulneráveis do concelho. Assim, submete-se ao executivo municipal para deliberação a presente proposta de Estratégia Municipal de Adaptação para as Alterações Climáticas de Guimarães, com o propósito de integrar como documento estratégico nos variados planos e outras ferramentas urbanísticas e a fim de concretizar as várias propostas que se propõem. Por fim, propõe-se ainda que a seguinte proposta seja discutida e votada em Assembleia Municipal.” A Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

AMBIENTE - CARTA DE COMPROMISSO PARA A REDE INFORMAL DE MUNICÍPIOS PARA A ADAPTAÇÃO LOCAL ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS – Presente a seguinte proposta:

"Considerando: Que o 5º Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC) salienta que as evidências científicas relativas à influência da atividade humana sobre o sistema climático são mais fortes do que nunca e que o aquecimento global do sistema climático é inequívoco; Que as alterações climáticas são uma realidade e uma prioridade nacional, face aos seus impactos futuros sobre a nossa sociedade, economia e ecossistemas, que são cada vez mais os estudos científicos e as instituições internacionais que demonstram as mudanças no sistema climático global e que os estudos efetuados também indicam que Portugal se encontra entre os países europeus com maior vulnerabilidade aos impactos das alterações climáticas; Que os impactos potenciais das alterações climáticas suscitam urgentemente a necessidade de desenvolver e adotar estratégias de adaptação às alterações climáticas suportadas num aprofundamento dos conhecimentos sobre as vulnerabilidades atuais e futuras do território, conjugando e concertando ao nível nacional e regional opções e medidas de adaptação local; Que, em resposta a estes desafios, a Agência Portuguesa do Ambiente promoveu e apoiou no âmbito do Programa AdaPT a elaboração do projeto ClimAdaPT.Local, com o objetivo de melhorar a capacidade dos municípios portugueses para incorporar a adaptação às alterações climáticas nos seus instrumentos de planeamento e nas suas intervenções locais; Que, no âmbito do projeto ClimAdaPT.Local, foi prevista a criação de uma estrutura que apoie os municípios no desenvolvimento das suas estratégias e medidas de adaptação e foram estudadas e criadas as condições para a criação de uma Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas; A integração do Município de Guimarães no Projeto ClimAdaPT.Local, através da assinatura do protocolo para o



efeito, aprovado em reunião de câmara a 5 de fevereiro de 2015; A conclusão do projeto, tendo sido alcançados todos os projetos a que nos propúnhamos, com a formação especializada de dois técnicos e com a elaboração da Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Guimarães: Propõe-se que Guimarães integre a rede informal de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas, assinando a Carta de Compromisso para o efeito, cujos objetivos são: Promover o aumento da capacidade dos seus municípios em incorporar a adaptação às alterações climáticas nas políticas, nos instrumentos de planeamento e nas intervenções locais; Contribuir ativamente para a concretização da Missão e dos Objetivos da Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas; Facilitar a troca de experiências entre municípios, fortalecendo as práticas em curso e o desenvolvimento de soluções inovadoras, alargando as práticas de adaptação local a mais municípios; Promover a troca de conhecimento e de experiências entre as autarquias locais, as instituições de ensino superior e do sistema científico e tecnológico, as empresas e o tecido associativo, ao nível da adaptação local; Promover relações de cooperação internacional com outras redes e estruturas, facilitando a incorporação de novas abordagens e soluções e divulgando as práticas implementadas pelos municípios portugueses; Promover a capacitação das autarquias, nomeadamente dos eleitos e dos técnicos, no domínio da adaptação às alterações climáticas ao nível local; Gerir e ampliar o sistema de informação de apoio à capacitação na adaptação às alterações climáticas desenvolvido no âmbito do ClimaAdaPT.Local. Contribuir para a adoção de políticas, programas, medidas e legislação facilitadora da adaptação ao nível local e na criação e no desenho de instrumentos de financiamento que apoiem a

implementação de Estratégias Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas; Disseminar as práticas de planeamento estratégico da adaptação às alterações climáticas e da sua integração no planeamento e ordenamento do território; Sensibilizar as comunidades locais e os diversos atores setoriais para as questões da adaptação às alterações climáticas. Por fim, considerando que a integração da referida Rede Informal não pressupõe qualquer custo para o Município, que não se trata de qualquer estrutura formal que comprometa ou responsabilize o Município, permitindo a sua livre participação ou livre saída, propõe-se que o executivo camarário delibere sobre a proposta da referida Carta de Compromisso, submetendo igualmente para a Assembleia Municipal. A Carta de Compromisso dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

AMBIENTE - PARTICIPAÇÃO DE GUIMARÃES EM REDES INTERNACIONAIS DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE –

Presente a seguinte proposta: “A história recente de Guimarães, classificada pela UNESCO como Cidade Património da Humanidade, Capital Europeia da Cultura, galardão obtido em 2012 e Cidade Europeia do Desporto em 2013, tem colocado o Município num patamar elevado de internacionalização e de referência territorial, fazendo com que integre um conjunto de redes e fóruns internacionais, com o fim de partilhar boas práticas mas também, como posição privilegiada num contexto europeu de competitividade saudável entre cidades. A acrescentar, as gemações com cidades “irmãs” nos mais variados países da Europa e fora da Europa, tem contribuído igualmente para esta mesma internacionalização, bem como para a troca de boas



práticas territoriais. A participação do Município de Guimarães em redes e fóruns de cidades ao nível europeu, muitas vezes constituídas com objetivos comuns, de forma informal ou formal, tem também demonstrado um conjunto de vantagens. Desde logo pelo acesso privilegiado de informação e conhecimento sobre assuntos de interesse para o Município, como são as oportunidades de financiamento e projetos de parceria internacional, bem como na defesa de interesses comuns, através da dimensão (escala e posição) que estas estruturas atingem junto de organismos e instituições importantes na União Europeia. Acrescenta-se que a disseminação e a divulgação de Guimarães ao nível internacional contribuem sobremaneira para o seu prestígio e reconhecimento, contrariando o isolamento tendencialmente inerente às cidades de pequena-média dimensão dos países periféricos. Como é sabido, Guimarães decidiu que o seu plano estratégico, a longo prazo, tenha como um dos focos a sustentabilidade ambiental, mantendo toda a sua marca e referência ao nível cultural e económico, definindo-o como conceito Bio Cultural. Neste contexto, a candidatura de Guimarães a Capital Verde Europeia assume primordial importância, pelo apoio na definição de um caminho de desenvolvimento sustentável, nomeadamente no conjunto de identificação e monitorização de indicadores de referência e de condição obrigatória. Assim, considerando: A reconhecida importância e retorno da integração das cidades em redes e fóruns internacionais; O percurso de Guimarães ao nível de internacionalização e reconhecimento externo, seja através de prémios atribuídos, seja pela sua História e Património; O curriculum de Guimarães ao nível de participação e integração em Fóruns e Redes Internacionais, bem como no relacionamento com todas as cidades geminadas; A candidatura de Guimarães a Capital

Verde Europeia, galardão atribuído pela Comissão Europeia; A importância estratégica de integrar novas redes internacionais na área do ambiente e sustentabilidade, como condição e valorização da referida candidatura; A importância de Guimarães divulgar as boas práticas, projetos e investimentos que está a implementar, de forma a serem reconhecidas internacionalmente. Propõe-se que o Município de Guimarães:

1. Integre a rede de Cidades Europeias **EUROCITIES**, através da participação do Fórum Ambiental, como membro associado:
 - a. **EUROCITIES** – É uma plataforma que visa a discussão e a partilha de conhecimento em 6 áreas fundamentais, incluindo a sustentabilidade ambiental, e debruça-se sobre grandes temáticas como: Alterações Climáticas, Qualidade do Ar, Acústica, Áreas Verdes e Natureza e Biodiversidade, Água. Tem, ainda, como principais objetivos: 1) reforçar a importância das estruturas locais ao nível Europeu; 2) ajudar na definição de estratégias ao nível local para implementação de Diretivas Europeias; 3) conhecer antecipadamente os projetos e políticas Europeias de interesse local. Guimarães adere como parceiro associado. Esta adesão dá direito a participar nos fóruns onde está inscrita, ser chair dos grupos de trabalho, ter acesso livre ao Website onde se encontram informações relevantes a parcerias para financiamentos, projetos ou programas, ter acesso às Newsletter e comunicações internas. Para o efeito, para ser “Parceiro Associado” não tem qualquer quota associada.
2. Integre a rede **ICLEI (Local Government for Sustainability)**, como membro. Esta rede está focada no intercâmbio de conhecimento, nomeadamente, na utilização sustentável dos recursos, muito focada na Energia, Resiliência, Mobilidade, Biodiversidade, Cidades Inclusivas e Economia Sustentável. Os Membros desta rede têm acesso a: partilha/intercâmbio com outras cidades, informação acerca de



projetos, programas de financiamento entre outros, participação em congressos e eventos de impacto mundial para divulgação de boas práticas e criação de oportunidades de estabelecimento de Consórcios. Esta Rede promove a participação em três fóruns específicos: Ecomobility Alliance (Transporte Urbano Sustentável), 100% Renewable Energy Cities&Regiones network (ênfase nas Energias renováveis), Procura+Exange (Sustainable Public Procurement). Para efeito de integração nesta rede, a participação do Município de Guimarães tem a obrigatoriedade do pagamento de uma quota de 1.750,00€/ano. 3. Integre a rede de Cidades para a Mobilidade Sustentável **CIVITAS – CIVINET**, como membro. CIVITAS – é a plataforma de apoio à análise de soluções na área da Mobilidade na qual participam já mais de 100 cidade ao nível europeu. A rede foi constituída há dez anos e a participação não implica qualquer quota por parte do Município. Neste sentido, dada a importância que o tema da Mobilidade tem vindo assumir ao nível local, nacional e internacional, é de toda a conveniência que o Município de Guimarães faça parte desta rede. 4. Integre a rede informal de **Cidades Resilientes, 100 Resilient Cities**, como membro participante. Esta rede/evento é livre, não representando custos para o Município, considerando que trata, ao nível internacional, do tema das Alterações Climáticas e da capacidade de adaptação, contribuindo, para isso, a troca de experiências e o estabelecimento de metas internacionais em matéria de emissões de CO₂, bem como a partilha de boas práticas; 5. Integre a rede **Green Digital Charter**, como signatário. Esta rede tem como objetivo melhorar a qualidade de vida das cidades através de medidas e políticas mais sustentáveis e mais verdes, com base nas novas tecnologias e em soluções digitais. Este processo é igualmente livre e gratuito. Considerando a importância desta

temática, bem como a sua obrigatoriedade legal, propõe-se que a participação do Município de Guimarães nas redes internacionais sejam igualmente submetidas à aprovação da Assembleia Municipal.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

EDUCAÇÃO – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ABAÇÃO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “O Agrupamento de Escolas da Abação, solicitou a colaboração do município, através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos alunos a uma visita de estudo, no dia 12 de Dezembro, entre a Escola Básica de Calvos e o Porto. Considerando que, se trata de uma visita de estudo à Porto Editora, constando esta atividade do Plano Anual de Atividades da Escola, este Agrupamento necessita de transportar os alunos para a concretização deste objetivo escolar e, não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 27 de outubro de 2016, foi proposto deferir o pedido sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães, a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----
AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO – OUTUBRO DE 2016 - Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Ação Social: “Por deliberação de 23 de dezembro de 2014 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a



Estratos Sociais Desfavorecidos. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se anexa.” O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.-**

AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO CONVERTIDO NA DISPONIBILIZAÇÃO DE UM SERVIÇO DE TRANSPORTE ADAPTADO PARA UMA PESSOA CARENCIADA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA – Presente a seguinte informação: “A Câmara Municipal tem deliberado anualmente um apoio convertido em prestação de serviços de transporte a pessoas portadoras de deficiência, provenientes de agregados familiares economicamente desfavorecidos, residentes no Concelho de Guimarães, de modo a poderem deslocar-se para diversas instituições dentro e fora do concelho. Neste contexto, foi apresentada uma candidatura nesta Divisão, para apoio de um munícipe portador de deficiência, alegando a situação de precariedade económica do agregado familiar, facto que ficou comprovado após termos realizado o respetivo estudo socioeconómico, cujo resultado a seguir se apresenta: -----

Nº Processo	Freguesia	Idade	Sexo	Rend. (€) P/Capita	Grau de Incapacidade
211992798/16	Sande S. Clemente	43	Masculino	289,37	66%

Considerando que o Decreto-Lei nº 176/2012 de 2 de agosto não prevê a continuação da resposta a estas situações, e podendo ser concedido um apoio financeiro ao abrigo da alínea v) do nº 1 do artigo 33 do Anexo I da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que confere atribuição às autarquias para participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade nas condições constantes de regulamento municipal propõe-se, ao abrigo do art.º 30 do Regulamento Municipal para Atribuição de

Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, a concessão de um apoio ao requerente, através da disponibilização de um serviço de transporte adaptado, cujo valor se estima em €772,20 (setecentos e setenta e dois euros e vinte cêntimos), para que se possa deslocar da sua casa para o Centro de Reabilitação da APPACDM, situado em Lomar, Braga, de novembro a dezembro de 2016 e de janeiro a dezembro de 2017.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – COMISSÃO DE UTENTES DO CENTRO HOSPITALAR DO ALTO AVE – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –

Presente a seguinte proposta: “A comissão de utentes do Centro hospital do Alto Ave solicitou, a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte de um grupo de utentes no dia 20 de julho, à Assembleia da República. Assim, considerando tratar-se de uma deslocação que visa a presença da comissão de utentes no plenário em dia em que será debatida a Petição entregue a 15 de Novembro na Assembleia da República, “Defender o Hospital de Guimarães e todos os seus serviços e exigir condições dignas de atendimento na urgência” e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 15 de julho de 2016, foi proposto deferir o pedido, sendo uma competência da Câmara Municipal, a atribuição deste tipo de apoios. Neste sentido, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de ajudas de custo e de trabalho extraordinário ao motorista.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA ASES SANTA EUFÉMIA - APOIO EXTRAORDINÁRIO – Presente a seguinte proposta: “A Associação Cultural e Desportiva Ases Santa



Eufémia, fundada em 1978, é uma associação com forte expressão e implementação na Freguesia de Prazins St^a Eufémia e na parte norte do Concelho. Com cerca de 85 atletas, tem desenvolvido um papel desportivo importante para a formação de crianças e jovens, proporcionando igualmente a função social junto da comunidade. Nos últimos dois anos, o recinto desportivo do clube, foi alvo de intervenções para requalificação, a fim de não limitar a prática desportiva, desde logo a implementação de um novo relvado sintético. Neste sentido, subsistem algumas debilidades, que do ponto de vista das instalações, podem comprometer o trabalho realizado, pelo que se torna essencial a realização de um muro de vedação, bem como a criação de um espaço para arrumação do material desportivo, que garanta a segurança dos investimentos feitos. Por outro lado, a ACD Ases St.^a Eufémia realizou já um outro conjunto de intervenções que dignifica o clube e as referidas instalações como as obras na bancada com construção, pintura e colocação de cadeiras, bem como o acabamento e a pintura do muro exterior existente. Desta forma, considerando o apoio total solicitado no valor de €28.500,00, entende o Município de Guimarães, atribuir um subsídio no valor de €15.000,00, a fim subsidiar as intervenções realizadas e as perspetivadas, desde logo um muro de vedação do parque desportivo. Assim, ao abrigo do nº6 do art. 2º e do art. 6º do Regulamento de atribuição de apoios às associações desportivas de Guimarães, propõe-se a atribuição do apoio financeiro no valor de €15.000,00 (quinze mil euros) à Associação Cultural e Desportiva Ases Santa Eufémia.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DESPORTO - GRUPO DESPORTIVO, RECREATIVO E CULTURAL DE SANDE S. MARTINHO – GDRC “OS SANDINENSES” – APOIO EXTRAORDINÁRIO – Presente a seguinte proposta:

"Considerando o pedido de apoio do Grupo Desportivo, Recreativo e Cultural de Sande – S. Martinho – GDRC "Os Sandinenses" para reabilitação de infraestruturas danificadas, decorrente das intempéries do inverno passado, nas quais resultaram aluimentos e deslizamento de terras, que neste momento impossibilitam a prática desportiva de um campo, vem este Município propor a atribuição de um apoio extraordinário no valor de €5.000,00, a fim de realizar a respetiva intervenção de reabilitação de muro de suporte, que permita a viabilidade de utilização do campo desportivo, tendo sido orçamentada no valor de €7.519,14. Assim, ao abrigo do nº6 do art. 2º e do art. 6º do Regulamento de atribuição de apoios às associações desportivas de Guimarães, propõe-se a atribuição do apoio financeiro no valor de €5.000,00 (cinco mil euros) ao Grupo Desportivo, Recreativo e Cultural de Sande – S. Martinho – GDRC "Os Sandinenses"." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO – XICO ANDEBOL – APOIO EXTRAORDINÁRIO –
Presente a seguinte proposta: "O percurso histórico do Xico Andebol é indelével e incontornável para Guimarães, marcando a região e o País. O seu corolário e o seu mérito desportivo, os títulos alcançados ao nível distrital, nacional e internacional foram desde sempre reconhecidos por todos e que representam e honram o concelho de Guimarães. Mesmo apesar das dificuldades que todos têm atravessado nesta fase, o espírito de missão, o esforço e a abnegação que todos entregam a este clube é também uma marca e deve ser reconhecido como tal. Por outro lado, é também reconhecida a importância do edifício que o clube ocupa no centro da cidade, próximo de uma zona urbanizável, toda ela também requalificada recentemente e que é o cartão de visita para muitos atletas e adeptos de clubes nacionais e internacionais. O



lube Desportivo Xico Andebol que se encontra registado no Registo Municipal das Associações Desportivas de Guimarães, conta atualmente com mais de 100 atletas e mais de uma dezena de técnicos desportivos qualificados. Neste sentido, considerando as dificuldades que o clube tem atravessado, tem sido difícil suportar os custos de deslocações dos atletas, nomeadamente à Madeira e outras regiões, das quais fazem parte do calendário de competição desportiva, bem como as despesas de arbitragens e seguros, obrigatórios. Desta forma, na sequência do pedido realizado pela direção do clube, vem o Município propor a atribuição de apoio extraordinário no valor de €5.000,00. Assim, ao abrigo do nº6 do art.º 2º e do art.º 6º do Regulamento de atribuição de apoios às associações desportivas de Guimarães, propõe-se a atribuição do apoio financeiro extraordinário no valor de €5.000,00 (cinco mil euros) ao Clube Desportivo Xico Andebol.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

PELAS DEZ HORAS E TRINTA MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----